

# **Reconhecimento e divulgação de receitas: uma análise da aderência ao CPC 30 pelas empresas pertencentes aos setores de maior representatividade no índice Bovespa**

## **Revenue recognition: an analysis of CPC 30 adherence by companies belonging to the greater representation sectors in bovespa index**

### **RESUMO**

Com a promulgação da Lei n.º. 11.638/2007, as empresas brasileiras foram obrigadas a atender aos princípios contábeis aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) por meio do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), com o intuito de apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com os padrões internacionais. Esta pesquisa visa verificar as práticas relacionadas ao reconhecimento e divulgação de receitas determinadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (CPC 30) de empresas pertencentes à carteira teórica do índice Bovespa. Para tanto, foi analisada a composição do índice Bovespa do período janeiro-abril de 2014, e selecionadas as empresas com maior volume financeiro, excetuando-se instituições financeiras. Esta amostra gerou uma seleção de 13 empresas, que representam 36,9% do índice. Após, foram analisadas as Demonstrações Financeiras divulgadas para os exercícios findos no período de 2008 a 2013. A pesquisa tem caráter qualitativo, descritivo e documental, e foi analisado o cumprimento dos critérios para reconhecimento de receitas determinados pelo CPC 30. Destaca-se que o critério que trata da transferência dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ao comprador foi o que teve maior divulgação no período analisado, com 77% das empresas em 2008 e 100% em 2013. Já os critérios que tratam sobre a confiabilidade da mensuração do valor da receita e sobre a probabilidade da fruição dos benefícios econômicos associados à transação para a entidade também tiveram maior adoção desde 2008, com 38% em ambos os critérios, e em 2013, 100% e 92%, respectivamente. Considerando os resultados obtidos na análise infere-se que as empresas compreendidas neste estudo adotam práticas aderentes aos princípios de reconhecimento de receitas estabelecidos pelas normas internacionais, demonstrando que a implantação das melhores práticas em contabilidade foi feita de maneira efetiva. Esse processo gera maior segurança aos usuários das informações contábeis, principalmente em decisões de investimento.

**Palavras-chave:** Reconhecimento de Receitas. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 30. IFRS.

### **ABSTRACT:**

*The enactment of Law n.º. 11.638/2007 required Brazilian companies to meet the accounting principles adopted by the International Accounting Standards Board (IASB) through International Financial Reporting Standards (IFRS) in order to disclose its financial statements in accordance with international standards. This study aims to verify the practices related to the recognition and disclosure of revenue determined by the Accounting Pronouncements Committee (CPC) (CPC 30) of companies belonging to the theoretical portfolio of Bovespa index. Thus it was analyzed the composition of Bovespa index from January to April 2014 and selected the companies with the highest financial*

### **Rodrigo Toledo**

Especialista em Controladoria de Gestão pelo NECON/UFRGS. Graduado em Ciências Contábeis pela UFRGS. Graduado em Administração pela EA/UFRGS.  
E-mail: [rstoledo@gmail.com](mailto:rstoledo@gmail.com). Av. João Pessoa, 52, Centro, Porto Alegre, RS. CEP 90.040-000. Fone: (51) 3308-3487.

### **Márcia Bianchi**

Doutora em Economia do Desenvolvimento (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (UFRGS). Professora do PPGCONT da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
E-mail: [marcia.bianchi@ufrgs.br](mailto:marcia.bianchi@ufrgs.br).  
Av. João Pessoa, 52, Centro, Porto Alegre, RS. CEP 90.040-000. Fone: (51) 3308-3487 / (51) 9988-2842.

### **Romina Batista de Lucena de Souza**

Doutora em Economia do Desenvolvimento (UFRGS). Professora do PPGCONT da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
E-mail: [rominabls@gmail.com.br](mailto:rominabls@gmail.com.br)  
Av. João Pessoa, 52, Centro, Porto Alegre, RS. CEP 90.040-000. Fone: (51) 3308-3323 / (51) 3308-3487

volume, except for financial institutions. This sample generated a selection of 13 companies, representing 36.9 % of the index. Finally, it was analyzed the financial statements issued for fiscal years ended in the 2008-2013 period. This is a qualitative, descriptive and documentary study to check the compliance of revenue recognition regulations determined by CPC 30. The criteria regarding to transfer of the significant risks to the customer was the most widespread one in the period with 77% of companies in 2008 and 100% in 2013. The both criteria regarding to fixed price and the likelihood of value added to the company showed a higher increase since 2008 from 38% to 100% and 92% respectively in 2013. Based on the results obtained it is possible to infer that the companies included in this study adopt practices adhering to the principles of revenue recognition established by international standards showing the implementation of best practices in accounting was carried out effectively. This process generates greater security to users of financial information, particularly in investment decisions.

**Keywords:** Revenue Recognition. Accounting Pronouncements Committee. CPC 30. IFRS.

## 1 INTRODUÇÃO

As informações divulgadas pelas empresas de capital aberto são indispensáveis para auxiliar os acionistas nas suas decisões de investimento, pois refletem a saúde patrimonial dos seus ativos. Para Assaf Neto (2014) a decisão de investir em ações deve ser precedida de análise das expectativas de rendimentos a serem auferidos a longo prazo e, também, pela valorização que venha a ocorrer nesses valores mobiliários. Segundo Marion (2012) a Contabilidade é o instrumento que coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados que contribuam para a tomada de decisões.

Com a aprovação da Lei nº. 11.638/2007 as empresas brasileiras foram obrigadas a atender aos princípios contábeis aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) por meio do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) com o objetivo de apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com os padrões internacionais. Para Payne e Ranagan (2008), esse processo pode ser definido em cinco grandes níveis: adoção, convergência, harmonização, adaptação e deliberações informadas. O primeiro significa aceitar, formalmente, os novos padrões e torná-los efetivos. A convergência deve resultar em um conjunto único de padrões contábeis de alta qualidade que requerem transparência e comparabilidade das informações das demonstrações financeiras. A harmonização refere-se ao processo que conduz os padrões contábeis para que eles se tornem compatíveis com os padrões internacionais. A adaptação tem por objetivo identificar as necessidades de cada país e fazer modificações necessárias em suas normas para que estejam em consonância com os demais países. As deliberações referem-se ao comprometimento dos reguladores em considerar o trabalho de outros reguladores e desenvolver o melhor padrão contábil.

No que tange à apresentação das demonstrações financeiras um aspecto relevante para os usuários destas informações é o reconhecimento de receitas. Turner (2001) destaca que a receita normalmente é o item de maior relevância divulgado nas demonstrações financeiras de uma empresa. Assim como o lucro da empresa, a receita é significativa não só em termos monetários, mas também na sua importância para o processo de tomada de decisão dos investidores, pois as flutuações e o crescimento na receita da empresa são parâmetros do desempenho passado e das perspectivas futuras.

Hendriksen e Van Breda (1999) reforçam que o reconhecimento das receitas é um importante ingrediente na mensuração do desempenho empresarial. Neste sentido, a Deliberação nº. 597 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de 15 de setembro de 2009, aprovou o Pronunciamento Técnico 30 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata de receitas e faz correlação à Norma Internacional 18 do IAS (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012). Da mesma maneira, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC nº. 1.412/2012, aprovou a NBC TG 19.30 que trata de Receitas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012).

O montante de receita reconhecida no período é fundamental para a determinação do resultado do exercício e influencia diretamente na distribuição de dividendos. Desta forma, a correta divulgação destas informações é essencial para os acionistas, pois influenciam o processo de tomada decisão. Do mesmo modo, o processo de aderência aos padrões internacionais é importante em termos de comparabilidade das informações apresentadas pelas empresas devido a um ambiente dependente de relações globais.

Com isso, este estudo se propõe responder à seguinte questão: quais as práticas adotadas para o reconhecimento e divulgação de receitas das empresas de capital aberto no Brasil, segundo o que é estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis? Para responder à questão proposta, esta pesquisa objetiva analisar o cumprimento dos critérios para reconhecimento e divulgação de receitas determinados pelo CPC 30 de empresas pertencentes à carteira teórica do índice Bovespa, por meio da análise de suas Demonstrações Financeiras divulgadas para o mercado no período de 2008 a 2013. Este estudo contribui para a discussão do tema de reconhecimento e divulgação de receitas, bem como para a evolução da aderência às normas contábeis internacionais na ótica das maiores empresas do mercado brasileiro de capitais.

Esta pesquisa está organizada da seguinte forma: na introdução é apresentado o contexto do estudo e as referências técnicas iniciais sobre o tema reconhecimento de receitas. No referencial teórico, são abordadas as bases acadêmicas e

pronunciamentos técnicos que fundamentam o tema. Nos procedimentos metodológicos destaca-se a pesquisa como qualitativa, descritiva e documental em relação à abordagem do problema, aos objetivos e procedimentos, respectivamente. Na quarta parte é realizada a análise dos resultados com base nas informações publicadas. Finalmente, nas considerações finais são apresentadas as conclusões sobre a qualidade das informações divulgadas ao mercado no período analisado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os conceitos de qualidade da informação contábil, destacando sua importância para o mercado, bem como a definição, a mensuração e o reconhecimento de receitas.

### 2.1 A Qualidade da Informação Contábil

O processo de convergência aos padrões internacionais no Brasil iniciou-se com a promulgação da Lei nº 11.638/2007. No entanto, assim como em outros países, o Brasil continua enfrentando muitos desafios na adoção do IFRS como prática contábil. Gray (1988) classifica o Brasil entre os países de influência europeia, que se caracterizam por um menor espaço para julgamento do profissional no exercício da contabilidade, um maior formalismo e uniformidade na aplicação das normas, pouca transparência nas informações e maior grau de conservadorismo na mensuração do resultado.

Niyama (2010) destaca como causas das diferenças internacionais características como: valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social, que acabam refletindo na evolução das práticas contábeis de cada país. Embora as características regionais possam influenciar no processo de convergência, elas não devem impactar o objetivo da Contabilidade, que, conforme definem Iudícibus e Marion (1999), consiste em fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade. Iudícibus (2010) ainda reforça que o objetivo da Contabilidade praticamente permaneceu inalterado ao longo dos anos, pois as mudanças substanciais verificaram-se nos tipos de usuário e nas formas de informação que têm sido demandadas.

Um aspecto de grande importância para os usuários da Contabilidade refere-se à qualidade das informações contábeis divulgadas pela entidade. De acordo com Paulo (2012) a qualidade da informação contábil pode ser avaliada por um conjunto de atributos como persistência, conservadorismo, gerenciamento de resultados, qualidade da estimativa das provisões, transparência, nível de *disclosure*, entre outros.

Conforme Barth, Landsman e Lang (2008), as empresas que estão de acordo com as normas contábeis internacionais apresentam maior qualidade de informação, e como consequência têm menor manipulação da receita, melhor realização a tempo das perdas e uma alta associação do valor contábil com o custo e o retorno. Adicionalmente, destacam que as empresas que aderem aos padrões internacionais têm melhor capacidade de mostrar qualidade informacional, e assim atrair investidores, do que conseguiriam apresentando relatórios baseados nas normas nacionais.

O aprimoramento da qualidade das informações também auxilia no crescimento da transparência nas divulgações ao mercado. Melhorar a qualidade da informação significa principalmente aumentar a transparência e minimizar ou impossibilitar a manipulação de dados, que é feita por algumas empresas para mostrar resultados convenientes, mas não verdadeiros, iludindo assim o usuário da informação (PERERA; BAYDOUN, 2007). A principal motivação que impulsiona tanto contadores a estudarem os melhores padrões de harmonização quanto os gestores a efetuem mudanças em suas empresas para se adequarem a estes novos padrões é a mesma: melhoria da qualidade da informação contábil (COELHO; NIYAMA; RODRIGUES, 2011).

### 2.2 Definição de Receita

O conceito de receita está associado à variação positiva de um ativo conforme define o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012):

[...] aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos que resultam em aumentos do patrimônio líquido da entidade e que não sejam provenientes de aporte de recursos dos proprietários da entidade.

Neste sentido, Iudícibus *et al.* (2012) definem que a receita é fator primordial para uma correta mensuração de desempenho de uma empresa, sendo o item de maior importância nas demonstrações financeiras. Desta maneira, Iudícibus (2010, p. 155) afirma:

Receita é a expressão monetária, validada pelo mercado, do agregado de bens e serviços da entidade, em sentido amplo (em determinado período de tempo), e que provoca um acréscimo concomitante no ativo e no patrimônio líquido, considerado separadamente da diminuição do ativo (ou do acréscimo do passivo) e do patrimônio líquido provocados pelo esforço em produzir tal receita.

Hendriksen e Van Breda (1999) analisam as definições de receita sobre três enfoques: a receita como um produto, como um fluxo de saída ou como um fluxo de entrada, sendo que a definição como produto da empresa é superior ao conceito de fluxo de saída e este é superior ao de fluxo de entrada. Paton e Littleton (1940 *apud* HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999) afirmam que a receita é definida como um “produto da empresa”, ou seja, a companhia cria bens e serviços durante um período, e essa criação é denominada de produto.

Sprouse e Moonitz (1962 *apud* IUDÍCIBUS, 2010) reforçam que a receita de uma empresa durante um período de tempo representa uma mensuração do valor de troca dos produtos (bens ou serviços). Este conceito está vinculado à mensuração da receita, mas se justifica pelo fato de que, para existir uma receita, tem de haver um valor de troca pelo produto. Muitos conceitos confundem a mensuração de receita com a definição de receita, pois ao analisar a natureza de uma receita chamam a atenção para o fato de que, em nível mais fundamental, receita é aumento de lucro (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Ainda segundo o CPC a receita surge no curso das atividades ordinárias da entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, dividendos e *royalties* (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012). Hendriksen e Van Breda (1999) consideram, de forma mais ampla, que as receitas são atividades produtoras de riqueza da empresa, e que ganhos em sua maioria são transferências inesperadas de aplicação destes recursos. Desta forma, a receita pode ser entendida como uma variação positiva no Patrimônio Líquido da entidade derivado da venda de produtos.

### 2.3 Mensuração da Receita

A mensuração da receita é elemento fundamental para a definição do resultado do exercício. O CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012) define mensuração como:

O montante da receita proveniente de uma transação é geralmente estabelecido entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo. É mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, deduzida de quaisquer descontos comerciais (*trade discounts*) e/ou bonificações (*volume rebates*) concedidos pela entidade ao comprador.

Para Hendriksen e Van Breda (1999) a receita, independentemente de como seja definida, deve ser medida, em termos ideais, pelo valor de troca do produto ou serviço da empresa. Neste sentido, o CPC determina que a receita deve ser mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, sendo que, na maior parte dos casos, a contraprestação é feita na forma de caixa ou equivalente de caixa e o valor da receita é o valor em caixa ou equivalente de caixa recebido ou a receber (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012).

A definição para valor justo de acordo com o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 46, 2012) é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Neste contexto, o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 46, 2012) ainda destaca o valor de mercado como base de mensuração do valor justo:

Valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade. Para alguns ativos e passivos, pode haver informações de mercado ou transações de mercado observáveis disponíveis e para outros pode não haver. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo em ambos os casos é o mesmo – estimar o preço pelo qual uma transação não forçada para vender o ativo ou para transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições correntes de mercado (ou seja, um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de participante do mercado que detenha o ativo ou o passivo).

Para Kam (1986) a mensuração envolve a vinculação do sistema formal e do sistema numérico com alguns aspectos ou eventos, por meio de regras estabelecidas, as quais consistem em definições operacionais que permitem estabelecer as conexões. Já Vickrey (1970) define mensuração como a atribuição de números para representar elementos ou suas propriedades em um sistema especial sobre as bases do isomorfismo ou homomorfismo existente entre um ou mais sistemas relacionais empíricos (SREs) e um ou mais sistemas relacionais numéricos (SRNs).

### 2.4 Reconhecimento e Divulgação da Receita

O conceito base para o reconhecimento de receitas é a transferência da propriedade ao comprador. Hendriksen e Van

Breda (1999) destacam que a receita deve ser reconhecida quando for: a) obtida; b) realizada ou realizável. Deste mesmo modo, para o atendimento destes princípios, o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012) determina que a receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas as seguintes condições:

- (a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;
- (b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens;
- (c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;
- (d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e
- (e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

Para Niyama e Silva (2013) o processo de reconhecimento da receita está ligado à venda, embora esta não seja um critério de reconhecimento, e sim um ponto de partida. Os erros cometidos pelas empresas ocorrem pelas incertezas que cercam a contabilidade a respeito do instante de reconhecimento da receita. Esse erro pode ser chamado de 'erro de corte' conforme demonstrado pelo Quadro 1.

Quadro 1 – Processo de Reconhecimento de Receita

t = 1	t = 2	t = 3	t = 4
Compra Matéria-Prima	Fabricação	Venda	Recebimento

Fonte: Niyama e Silva (2013, p. 213).

Verifica-se que o processo de reconhecimento de receita demonstra um ciclo de produção típico de uma indústria, desde a compra da matéria-prima, o processo produtivo, a venda e o recebimento, onde t = 3 representa o instante em que a Contabilidade tipicamente reconhece a receita. Poderá ser reconhecido também o recebimento no instante t = 4, quando for duvidoso que o cliente irá efetuar o pagamento.

Para ilustrar este tipo de erro, a companhia aérea TAM divulgou em 2013 uma correção em seus Demonstrativos Financeiros no modo como eram reconhecidas as receitas com passagens antecipadas, o que mudou completamente o resultado do período. Segundo a empresa (TAM, 2013):

Após a fusão entre TAM e LAN, foram realizadas revisões em diversos procedimentos adotados por ambas as Companhias para identificar melhores práticas e melhores soluções do ponto de vista de sistemas. Uma das áreas analisadas foi o de reconhecimento de receita. A Companhia junto aos seus fornecedores desenvolveu uma nova ferramenta de extração de inventário de bilhetes e após análises detalhadas desta extração foram identificadas diferenças que impactaram o saldo histórico da receita diferida (transportes a executar) reconhecida nas demonstrações financeiras de anos anteriores no montante de R\$ 1.102.930 (R\$ 975.643 líquido do efeito de mudança de política de reconhecimento da receita de bilhete não voado).

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 227) ressaltam que o processo de reconhecimento de receitas é contínuo, sob o ponto de vista econômico:

O produto da empresa emerge gradativamente, à medida que as matérias-primas são reunidas e transformadas ou processadas pela aplicação de mão de obra e equipamento. O transporte de matérias-primas à fábrica, e do produto final ao mercado, também fazem parte do processo de obtenção de resultado, num sentido econômico.

Contudo, Hendriksen e Van Breda (1999) ressaltam que o custo de acumulação contínua de receitas impede o uso universal do reconhecimento contínuo na prática. Com isso, os contadores têm buscado um único momento para determinar que uma receita foi legitimamente obtida. O CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012) reconhece a singularidade em determinar o momento ideal, dependendo da situação de venda:

A avaliação do momento em que a entidade transfere os riscos e os benefícios significativos da propriedade para o comprador exige o exame das circunstâncias da transação. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e dos benefícios inerentes à propriedade coincide com a transferência da titularidade legal ou da transferência da posse do ativo para o comprador. Tais casos são típicos das vendas a varejo. Em outros casos, porém, a transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre em momento diferente da transferência da titularidade legal ou da transferência da posse do ativo.

Para Marion (2012), o regime de competência é quando ocorre a apropriação das receitas e despesas ao período de sua realização, independentemente do efetivo recebimento das receitas ou do pagamento das despesas. Porém, quando as despesas não podem ser mensuradas confiavelmente, a receita não pode ser reconhecida. Neste sentido, o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012) ressalta que o atendimento do regime de competência é mandatório para o reconhecimento das receitas:

A receita e as despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento devem ser reconhecidas simultaneamente; esse processo está vinculado ao princípio da confrontação das despesas com as receitas (regime de competência). As despesas, incluindo garantias e outros custos a serem incorridos após o despacho dos bens, podem ser mensuradas com confiabilidade, quando as outras condições para o reconhecimento da receita tenham sido satisfeitas. Contudo, quando as despesas não puderem ser mensuradas com confiabilidade, a receita não pode ser reconhecida. Em tais circunstâncias, quaisquer contraprestações já recebidas pela venda dos bens devem ser reconhecidas como passivo.

Para Almeida (2010) a receita não é reconhecida quando existe apenas a intenção de adquirir ou produzir as mercadorias a tempo para a entrega, logo elas só poderão ser reconhecidas quando da sua realização. A receita só deve ser reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012).

Finalmente, o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012) determina como itens de divulgação obrigatória:

- (a) as políticas contábeis adotadas para o reconhecimento das receitas, incluindo os métodos adotados para determinar o estágio de execução (*stage of completion*) das transações que envolvam a prestação de serviço;
- (b) o montante de cada categoria significativa de receita reconhecida durante o período, incluindo as receitas provenientes de: venda de bens, prestação de serviços, juros, *royalties*, dividendos;
- (c) o montante de receitas provenientes de troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de receita; e,
- (d) a conciliação entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis.

## 2.5 Estudos Relacionados

Quanto ao tema desta pesquisa, identificam-se estudos relacionados nas áreas do terceiro setor, administração hospitalar, incorporações imobiliárias e telecomunicações.

Em relação ao terceiro setor, Alves, Carvalho e Slomski (2004) identificaram e compararam a posição dos US-GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*), IASB (*International Accounting Standard Board*) e CFC (Conselho Federal de Contabilidade) quanto aos critérios de reconhecimento das contribuições, doações e subvenções nessas organizações. O resultado da pesquisa mostrou falta de uniformidade dos critérios adotados pelas normas contábeis norte-americanas (US-GAAP), internacionais (IASB) e brasileiras (CFC), em especial com relação às normas do CFC, verificando-se a necessidade de estudos voltados para esse setor e critérios uniformes de reconhecimento das receitas para contribuir com o desenvolvimento dessas entidades.

Em seu estudo sobre reconhecimento de receitas em negócios hospitalares, Silva (2012) verificou como, e em qual momento, os hospitais qualificados como gerais, da região de Sorocaba, reconhecem suas receitas, analisando a observância ou não do regime de competência. A pesquisa foi composta por 32 hospitais da região, com uma amostra por acessibilidade que totalizou 10 hospitais. Os resultados evidenciaram que em 70% dos hospitais pesquisados não foi aplicado o regime de competência no que concerne ao reconhecimento de receitas, pois o registro contábil é realizado no momento do faturamento, e não necessariamente na efetiva prestação do serviço.

Já no setor de incorporações imobiliárias, Santos e Salott (2013) buscaram analisar se a adoção dos dois diferentes métodos de reconhecimento de receita, um de acordo com evolução da obra (POC) e outro na entrega das chaves, implicariam variações significativas nos valores de receita e lucro de forma a comprometer a comparabilidade entre as empresas. A conclusão foi de que variações observadas para amostra analisada foram significativas, o que comprometeria a comparabilidade das demonstrações financeiras entre empresas nacionais e internacionais. Porém, como as incorporadoras brasileiras, conforme seus demonstrativos financeiros publicados, optaram por manter o método POC para reconhecimento de receita no período analisado, não houve problemas de comparabilidade entre empresas nacionais.

Todavia, Hsiao e Carvalho (2014) analisaram a percepção dos usuários brasileiros a respeito do reconhecimento de receitas em contratos imobiliários de longo prazo. Os resultados indicaram que os participantes não apresentaram um comportamento específico em relação aos conceitos abordados, não sendo possível identificar um comportamento predominante do mercado.

Silva e Costa (2014) identificaram os impactos das novas normas contábeis nas Demonstrações Financeiras das

empresas de telecomunicações devido à existência de especificidades nesse quesito que as diferenciam de outras empresas, sendo a principal particularidade referente aos pontos de fidelização. Concluiu-se que todas as empresas de telecomunicações tiveram impactos relevantes na implantação do CPC 30, principalmente as operadoras Claro e Vivo, cujo impacto principal foi referente à reclassificação dos pontos de fidelização.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à forma de abordagem do problema este estudo é classificado como qualitativo (RAUPP; BEUREN, 2013), pois as informações apresentadas ao mercado pelas empresas de capital aberto foram exploradas por meio de análise qualitativa. Neste sentido, Richardson (2008) destaca que essa abordagem, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

No que se refere aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois conforme define Gil (2010), tem como principal finalidade descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Neste sentido, este estudo investiga se as práticas contábeis adotadas estão em consonância com os requisitos técnicos expedidos pelo CPC 30.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como documental em função do procedimento que se utilizou para a apreensão, compreensão e análise de documentos que não receberam tratamento analítico, objetos aqui da investigação (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Os documentos utilizados para a pesquisa foram as Demonstrações Financeiras divulgadas pelas empresas ao mercado.

Esta pesquisa visa verificar as práticas relacionadas ao reconhecimento e divulgação de receitas determinadas pelo CPC 30 de empresas pertencentes à carteira teórica do índice Bovespa. Para tanto, foi analisada a composição do índice Bovespa do período janeiro-abril de 2014 e selecionadas as empresas com maior volume financeiro, excetuando-se Instituições Financeiras. Esta amostra gerou uma seleção de 13 empresas, que representam 36,9% do índice. Após, foram analisadas as Demonstrações Financeiras divulgadas para os exercícios findos no período de 2008 a 2013.

A Tabela 1 apresenta a amostra destacada composta por empresas dos setores que possuem maior representatividade no índice BOVESPA no quadrimestre de janeiro a abril de 2014 em relação ao volume financeiro da carteira.

Tabela 1 – Relação das empresas pertencentes aos setores de maior representatividade no Índice BOVESPA

Setor	Empresa	% do Ibovespa
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petrobras	14,5%
	Braskem	0,4%
	<b>Subtotal</b>	<b>14,9%</b>
Mineração	Vale	8,3%
	MMX Mineração	0,1%
	<b>Subtotal</b>	<b>8,4%</b>
Alimentos Processados	BRF	3,6%
	JBS	1,6%
	Cosan	0,5%
	Marfrig	0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>5,9%</b>	
Bebidas	Ambev	5,2%
	<b>Subtotal</b>	<b>5,2%</b>
Siderurgia e Metalurgia	Gerdau	1,1%
	Companhia Siderúrgica Nacional	0,7%
	Metalúrgica Gerdau	0,4%
	Usiminas	0,4%
<b>Subtotal</b>	<b>2,5%</b>	
<b>Total</b>		<b>36,9%</b>

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica análise de conteúdo com base nos itens de divulgação obrigatória determinados pelo CPC 30. Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a

coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas. Dessa maneira, a análise de conteúdo vem se mostrando como uma das técnicas mais utilizadas no Brasil, especialmente nas pesquisas qualitativas (DELLAGNELLO; SILVA, 2005). Para Gil (2010) a pesquisa documental baseia-se na análise de materiais que não receberam tratamento analítico. Desta forma, foram analisadas, com auxílio de *checklist* (Quadro 2), para identificação dos itens de divulgação obrigatória determinados pelo CPC 30, as sentenças relacionadas a reconhecimento e divulgação de receitas contidas nas Demonstrações Financeiras, especialmente nas Notas Explicativas.

Quadro 2 – *Checklist* utilizado na pesquisa

Empresas	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Empresa 4	Empresa 5
1. Setores de Atuação	✓	✓	✓	✓	✓
2. Ano de Adesão ao IFRS	✓	✓	✓	✓	✓
3. Divulgação das políticas contábeis adotadas para o reconhecimento das receitas.	✓	✓	✓	✓	✓
4. Critérios divulgados pelas empresas selecionadas para reconhecimento das receitas oriundas das vendas de produtos (quantidade de empresas).	✓	✓	✓	✓	✓
5. Divulgação dos critérios para mensuração da receita pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber	✓	✓	✓	✓	✓
6. Divulgação do montante de receita reconhecida durante o período proveniente de venda de bens, prestação de serviços, juros, royalties e/ou dividendos.	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaborado a partir do CPC 30 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012).

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentam-se os resultados da análise de conteúdo das Demonstrações Financeiras divulgadas pelas 13 empresas selecionadas. São destacadas as peculiaridades e os aspectos comuns da amostra no período estudado.

### 4.1 Ano de Adesão ao IFRS

A adesão ao IFRS foi mandatória para as empresas brasileiras a partir do ano de 2010, todavia, a adesão voluntária e antecipada era permitida pela legislação desde 2007. A Tabela 2 evidencia o ano de adesão das empresas em estudo.

Tabela 2 – Ano de Adesão ao IFRS

Ano	Empresa	Frequência %
2007	Gerdau	15%
	Metalúrgica Gerdau	
2008	Ambev	8%
2009	N/A	0%
2010	Petrobras	77%
	Vale	
	BRF	
	JBS	
	Companhia Siderúrgica Nacional	
	Cosan	
	Braskem	
	Usiminas	
Marfrig		
MMX Mineração		
<b>Total</b>		<b>100%</b>

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.



Constata-se, por meio de informações descritivas na Tabela 2, que apenas três empresas – Ambev, Gerdau e Metalúrgica Gerdau – anteciparam a adoção do modelo do IFRS como padrão para as suas Demonstrações Financeiras, ou seja, 23% da amostra. A adesão voluntária ao processo de reconhecimento de receitas estabelecido pelo IFRS permitiu que estas empresas estivessem mais bem preparadas para a adesão obrigatória em 2010. Dessa maneira, apresentavam condições suficientes para divulgar informações contábeis aderentes na sua totalidade ao modelo internacional, uma vez que as informações divulgadas em 2010 por estas empresas estavam mais completas do que as demais, conforme será apresentado no decorrer das seções seguintes.

#### 4.2 Critérios Adotados para Reconhecimento de Receitas

As políticas adotadas pelas empresas para reconhecimento de receitas têm obrigatoriedade de divulgação desde a adoção do IFRS como padrão contábil. A amostra pesquisada demonstra que as companhias já vinham aderindo a esta orientação nas suas publicações conforme destacado pela Tabela 3.

Tabela 3 – Divulgação de Políticas Contábeis Adotadas para Reconhecimento de Receitas

Empresa	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ambev	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Braskem	✓	✓	✓	✓	✓	✓
BRF	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Companhia Siderúrgica Nacional	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cosan	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Gerdau	✓	✓	✓	✓	✓	✓
JBS	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Marfrig	✓	×	✓	✓	✓	✓
Metalúrgica Gerdau	✓	✓	✓	✓	✓	✓
MMX Mineração	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Petrobras	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Usiminas	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Vale	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>92%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

A única exceção, no período analisado, foi a Marfrig no ano de 2009, que não fez nenhuma menção aos critérios adotados pela empresa para reconhecimento de receitas. A publicação das Demonstrações Financeiras do período anterior (2008) da Marfrig já apresentava um nível baixo de qualidade nas informações relacionadas às políticas assumidas pela companhia, o que demonstra que apenas no ano da obrigatoriedade de adesão em 2010 foi dada a devida atenção ao tema. De forma geral, o nível de divulgação das práticas adotadas pelas empresas já era satisfatório antes da adoção do IFRS no Brasil.

Em relação aos critérios divulgados pelas empresas para reconhecimento de receitas, estes são aderentes às normas estabelecidas pela regulação na maior parte da amostra estudada. A Tabela 4 destaca os resultados de acordo com os critérios determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Tabela 4 – Critérios Adotados para Reconhecimento de Receitas

Critério Divulgado	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	q	%	q	%	q	%	q	%	q	%	q	%
Transferência dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ao comprador	10	77%	12	92%	13	100%	13	100%	13	100%	13	100%
Não envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens	4	31%	4	31%	7	54%	8	62%	11	85%	11	85%
Valor da receita pode ser confiavelmente mensurado	5	38%	6	46%	11	85%	10	77%	13	100%	13	100%
Prováveis benefícios econômicos associados à transação fruirão para a entidade	5	38%	5	38%	10	77%	10	77%	12	92%	12	92%
Despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas	3	23%	4	31%	8	62%	9	69%	11	85%	11	85%

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Nota: q: quantidade de empresas que divulgaram o critério; %: relação percentual do total de empresas analisadas.

Com base nestes resultados evidencia-se que a qualidade das informações publicadas sobre os critérios para reconhecimento de receitas tem evoluído, principalmente a partir de 2010, ano de publicação obrigatória nos padrões do IFRS. Destaca-se que o critério que trata da transferência dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ao comprador foi o que teve maior divulgação no período analisado, com 77% das empresas em 2008 e 100% em 2013. Os critérios que tratam sobre a confiabilidade da mensuração do valor da receita e sobre a probabilidade da fruição dos benefícios econômicos associados à transação para a entidade também tiveram maior adoção desde 2008, com 38% em ambos os critérios, e em 2013 com 100% e 92%, respectivamente. Com isso, as empresas analisadas estão atendendo, em sua maioria, aos princípios de Hendriksen e Van Breda (1999), que determinam que a receita somente deve ser reconhecida quando for obtida e realizada (ou realizável).

No entanto, também, destaca-se que os critérios que tratam sobre o não envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens e sobre a confiabilidade da mensuração das despesas incorridas ou a serem incorridas referentes à transação são os que têm menor divulgação no período analisado. Em 2008, estes critérios tiveram uma divulgação de 31% e 23%, respectivamente, enquanto que em 2013 o percentual foi de 85% para ambos. Embora tenham tido uma grande evolução no período analisado, ainda não estão presentes na totalidade da amostra, atendendo parcialmente ao princípio da apropriação das receitas e despesas ao período de sua realização determinados por Marion (2012).

### 4.3 Mensuração da Receita

A Tabela 5 relaciona as empresas que divulgaram em suas respectivas Demonstrações Financeiras que receitas contabilizadas no período analisado estão mensuradas pelo seu valor justo da contraprestação recebida ou a receber conforme determina o CPC 30.

Tabela 5 – Mensuração da Receita pelo Valor Justo

Empresa	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ambev	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Braskem	×	×	✓	✓	✓	✓
BRF	×	✓	✓	✓	✓	✓
Companhia Siderúrgica Nacional	×	×	✓	✓	✓	✓
Cosan	×	×	×	×	✓	✓
Gerdau	✓	✓	✓	✓	✓	✓
JBS	×	×	✓	✓	✓	✓
Marfrig	×	×	✓	✓	✓	✓
Metalúrgica Gerdau	✓	✓	✓	✓	✓	✓
MMX Mineração	×	×	×	×	✓	✓
Petrobras	×	×	✓	✓	✓	✓
Usiminas	×	×	✓	✓	✓	✓
Vale	×	×	✓	✓	✓	✓
<b>Total</b>	<b>23%</b>	<b>31%</b>	<b>85%</b>	<b>85%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Os dados analisados demonstram que, antes da implantação do IFRS em 2010, somente as empresas Gerdau e Ambev adotavam o conceito de valor justo para a mensuração da receita em suas Demonstrações Financeiras, ou seja, 23% da amostra. Em 2009, a BRF adotou o valor justo, mas somente em 2010 grande parte das empresas analisadas publicou o mesmo conceito, atingindo 85% da amostra.

A partir de 2012, todas as empresas publicaram que suas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber estando em conformidade com o conceito definido por Hendriksen e Van Breda (1999), que determina que a receita, independentemente de como seja definida, deve ser medida, em termos ideais, pelo valor de troca do produto ou serviço da empresa.

O atingimento de 100% da amostra analisada destaca a importância que as empresas de capital aberto dirigem ao conceito de valor justo introduzido pelo IFRS. Esta alta adesão traz maior segurança aos acionistas e ajuda a reforçar que a capacidade de atração de novos investidores está vinculada à adesão aos padrões internacionais conforme defendem Barth, Landsman e Lang (2008).

#### 4.4 Divulgação da Receita Reconhecida por Categoria e Receita Proveniente da Troca de Bens e Serviços

A divulgação do valor da receita reconhecida por categoria proveniente da venda de bens, prestação de serviços, juros, *royalties* e/ou dividendos teve 100% de atendimento pelas empresas no período analisado. No entanto, nenhuma companhia divulgou o montante de receitas provenientes de troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de receita.

A contabilização por categoria de receita já era praticada pelas empresas antes da implantação do IFRS, todavia, com menor qualidade de informação. O padrão internacional fez com que as informações publicadas fossem revisadas e adequadas aos critérios estabelecidos pela norma no que se refere a reconhecimento, mensuração e divulgação.

Em relação à publicação da receita proveniente da troca de bens e serviços ainda não parece ser um conceito bem disseminado no mercado, ou tais transações não representam relevância para que sejam informadas. Porém, nenhuma empresa fez qualquer menção a negociações deste tipo no conjunto de suas Demonstrações Financeiras, não estando aderente aos princípios da norma.

#### 4.5 Conciliação entre a Receita Divulgada e a Receita Utilizada para Fins Tributários

A conciliação da receita é uma informação importante aos acionistas da empresa, porque demonstra transparência na divulgação da receita líquida apresentada nos relatórios contábeis, o que é determinante para a apuração de resultados do período. Na Tabela 6 estão as empresas que divulgaram a conciliação entre a receita apresentada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis no período analisado.

Tabela 6 – A Conciliação entre a Receita Divulgada na Demonstração do Resultado e a Registrada para Fins Tributáveis

Empresa	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ambev	x	x	✓	✓	✓	✓
Braskem	x	x	✓	✓	✓	✓
BRF	x	x	✓	✓	✓	✓
Companhia Siderúrgica Nacional	x	x	✓	✓	✓	✓
Cosan	x	x	x	✓	✓	✓
Gerdau	✓	✓	✓	✓	✓	✓
JBS	x	x	✓	✓	✓	✓
Marfrig	x	x	✓	✓	✓	✓
Metalúrgica Gerdau	✓	✓	✓	✓	✓	✓
MMX Mineração	x	x	✓	✓	✓	✓
Petrobrás	x	x	✓	✓	✓	✓
Usiminas	x	x	✓	✓	✓	✓
Vale	x	x	x	x	x	x
<b>Total</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>	<b>85%</b>	<b>92%</b>	<b>92%</b>	<b>92%</b>

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

A conciliação determinada pelo CPC 30 somente foi apresentada pelas empresas Gerdau S.A. e Metalúrgica Gerdau no ano de 2008, o que representa 15% da amostra, devido à antecipação voluntária destas ao IFRS. A adesão maior deu-se a partir do ano de 2010 com 85% das empresas, todavia, não atingiu a totalidade da amostra em 2013, permanecendo em 92%, pois a Vale não divulga tais informações em suas Demonstrações Financeiras.

Finalmente, as empresas analisadas divulgam as políticas utilizadas para o tratamento das receitas em conformidade com os requerimentos exigidos, bem como atendem aos cinco critérios básicos de reconhecimento de receitas: transferência dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ao comprador; não envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; valor da receita possa ser confiavelmente mensurado; prováveis benefícios econômicos associados à transação fruirão para a entidade; e despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

Do mesmo modo, a mensuração da receita é feita pelo seu valor justo da contraprestação recebida ou a receber, que é um fator relevante no atendimento das normas internacionais, e está adequadamente evidenciado nas categorias de venda de bens, prestação de serviços, juros, *royalties* e/ou dividendos. A publicação da receita proveniente da troca de bens e serviços ainda não tem sido praticada pelas empresas, todavia, a divulgação da conciliação entre a receita apresentada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis é prática bem disseminada no mercado. Estes fatores demonstram que o processo de reconhecimento de receitas deste grupo de empresas se mostra satisfatório em relação às normas internacionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar o nível de aderência de uma amostra de 13 empresas pertencentes à carteira teórica do índice BOVESPA relativo ao quadrimestre janeiro-abril de 2014, o que corresponde a 36,9% do índice para verificar se elas estão aderentes aos critérios de divulgação das políticas contábeis adotadas para o reconhecimento de receitas estabelecidos pelo CPC 30, com base nas Demonstrações Financeiras divulgadas para os exercícios findos no período de 2008 a 2013.

As empresas analisadas, em sua maioria, aderiram ao IFRS no ano de 2010. Com isso, a qualidade das informações divulgadas ao mercado apresentou melhorias no decorrer dos anos, não havendo impactos significativos em seus Balanços, ao contrário do que foi identificado por Silva e Costa (2014) em relação aos impactos das novas normas contábeis nas Demonstrações Financeiras das empresas de telecomunicações; eles concluíram que todas as empresas de telecomunicações tiveram impactos relevantes na implantação do CPC 30, principalmente as operadoras Claro e Vivo, cujo impacto principal foi referente à reclassificação dos pontos de fidelização.

Aquelas empresas que decidiram antecipar-se à adesão às normas internacionais (Metalúrgica Gerdau, Gerdau S.A. e Ambev) apresentaram informações com maior qualidade antes das demais, pois conseguiram se preparar melhor para as mudanças. Este fato pode ser um diferencial na atração de investidores, contudo, necessita de estudos mais específicos em relação ao tema para alcançar esta conclusão.

Considerando os resultados obtidos na análise, pode-se inferir que as empresas compreendidas neste estudo estão aderentes aos princípios de reconhecimento de receitas estabelecidos pelas normas internacionais. Esta conclusão é oposta ao que foi identificado por Alves, Carvalho e Slomski (2004), pois o resultado da pesquisa mostrou falta de uniformidade dos critérios adotados pelas normas contábeis norte-americanas (US-GAAP), internacionais (IASB) e brasileiras (CFC), em especial com relação às normas do CFC.

Destaca-se que o critério que trata da transferência dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ao comprador foi o que teve maior divulgação no período analisado, com 77% das empresas em 2008 e 100% em 2013. Já os critérios que tratam sobre a confiabilidade da mensuração do valor da receita e sobre a probabilidade da fruição dos benefícios econômicos associados à transação para a entidade também tiveram maior adoção desde 2008, com 38% em ambos os critérios, e em 2013 com 100% e 92%, respectivamente.

Com relação ao critério que trata sobre a confiabilidade da mensuração das despesas incorridas ou a serem incorridas referentes à transação teve menor divulgação no período analisado. Em 2008, estes critérios tiveram uma divulgação de 31% e 23%, respectivamente, enquanto que em 2013 este percentual foi de 85% para ambos. Esta conclusão está alinhada com o que foi verificado por Silva (2012) em seu estudo sobre reconhecimento de receitas em negócios hospitalares, no qual evidenciou-se que em 70% dos hospitais pesquisados não foi aplicado o regime de competência no que concerne ao reconhecimento de receitas, pois o registro contábil é realizado no momento do faturamento, e não necessariamente na efetiva prestação do serviço, quando é possível certificar a confiabilidade da mensuração das despesas incorridas ou a serem incorridas referentes à transação.

As exceções encontradas não alteram significativamente as conclusões da amostra consolidada. Contudo, ressalta-se que, apesar da representatividade da amostra, não pode ser concluído que as demais empresas participantes do mercado de capitais brasileiro também são aderentes aos princípios de reconhecimento de receitas.

Com o produto da análise das informações publicadas pelas empresas foi possível obter argumentos e evidências aceitáveis para compreender a maneira como as empresas de capital aberto no Brasil tratam o reconhecimento e divul-

gação de suas receitas nos Demonstrativos Financeiros e se elas atendem aos princípios da norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o que gera transparência aos seus diversos *stakeholders*.

Para estudos futuros, sugere-se promover esta pesquisa em outros setores específicos da economia, tais como serviços financeiros e distribuição de energia. Estes setores tendem a contribuir para a discussão sobre o desenvolvimento da qualidade da informação contábil.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado Financeiro*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Contabilidade Intermediária: de acordo com as exigências do MEC para o curso de “Ciências Contábeis”*; textos, exemplos e exercícios resolvidos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALVES, Cássia Vanessa Olak; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de; SLOMSKI, Valmor. Reconhecimento das Contribuições, Doações e Subvenções nas Entidades do Terceiro Setor: uma Comparação entre os US-GAAP, Normas do IASB e do CFC. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2004.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. *International Accounting Standards and Accounting Quality*. Journal of Accounting Research. v. 46, n. 3, pp. 467-498, 2008.

COELHO, Carina M. P.; NIYAMA, Jorge, K.; RODRIGUES, Jomar M. Análise da Qualidade da Informação Contábil Frente a Implementação dos IFRS: uma Pesquisa Baseada nos Periódicos Internacionais (1999 a 2010). *Sociedade, Contabilidade e Gestão* v. 6, n. 2, pp.7-20, jul./dez. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 30: Receitas, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 03 set. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 46: *Mensuração do Valor Justo*, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 25 out. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n°. 1.412/12, de 26 de outubro de 2012. Dá nova redação a NBC TG 30 – Receitas. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2012/001412](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001412)>. Acesso em: 03 set. 2014.

DELLAGNELLO, Eloise; SILVA, Rosimeri Carvalho. Análise de Conteúdo e sua Aplicação em Pesquisa na Administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano F; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa em Administração: teoria e prática*. São Paulo: FGV, 2005. pp. 109-113.

FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. São Paulo: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, Sidney. *Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally*. Abacus, pp. 1-15, March, 1988.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

HSIAO, Jony. CARVALHO, Nelson Guedes de. O Entendimento de Usuários Externos no Reconhecimento de Receitas em Contratos de Longo Prazo: Conceito e Momento. *Revista Universo Contábil, Blumenau*, v. 10, pp. 06-24, jul./set. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José C. *Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de Graduação*. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS Eliseu. GELBCKE, Rubens Ernesto; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de Contabilidade Societária*. São Paulo: Atlas, 2012.

KAM, Vernon. *Accounting Theory*. New York. John Wilwy & Sons, 1986.

MARION, José C. *Contabilidade Empresarial*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NIYAMA, Jorge Katsumi. *Contabilidade Internacional: causa das diferenças internacionais, convergência contábil internacional, estudo comparativo entre países, divergências nos critérios de reconhecimento e mensuração, evidenciação segundo FASB e IASB*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto T. *Teoria da Contabilidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PAULO, Edilson. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. *Brazilian Business Review*, Vitória, v. 9, pp. 1-26, jan./mar. 2012.

PAYNE, Wendy M; RANAGAN, Julia E. To Converge or Not to Converge? *A question for modern-day standards-setters*. Journal of Government Financial Management. v. 57, p. 1. Spring, 2008.

PERERA, Hector; BAYDOUN, Nabil. Convergence with International Financial Reporting Standards: The Case of Indonesia. *Advances in International Accounting*. v. 20, pp. 201-224, 2007.

RAUPP, Fabiano M.; BEUREN, Maria Ilse. Metodologia de Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Maria Ilse. *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v.1, n. 1. pp. 1-15, jul. 2009.

SANTOS, Fernanda Belmudes dos; SALOTTI, Bruno Meirelles. O método de reconhecimento de receita adotado pelas entidades de incorporação imobiliária brasileiras compromete a comparabilidade das demonstrações financeiras? *Revista Contemporânea de Contabilidade*. UFSC, Florianópolis, v. 10, n. 21, pp. 03-24, set./dez. 2013.

SILVA, Mariney Rodrigues Antunes da; COSTA, Simone Alves da. Reconhecimento e evidenciação de Receitas pós-IFRS: um estudo no setor de telecomunicações. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO – ADMINISTRAÇÃO (COMVIBRA), 11., 2014, São Paulo. Anais... São Paulo: Comvibra, 2014.

SILVA, Wilson Xavier da. *Reconhecimento de Receitas nos Hospitais Gerais da Região de Sorocaba*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

TAM. *Demonstrações Financeiras*. Disponível em: <[http://www.latamairlinesgroup.net/phoenix.zhtml?c=251290&p=irol-tam\\_sa\\_financeiro](http://www.latamairlinesgroup.net/phoenix.zhtml?c=251290&p=irol-tam_sa_financeiro)>. Acesso em: 23 maio 2016.

TURNER, Lynn. Revenue recognition. Remarks by Chief Accountant of SEC. *USC SEC and Financial Reporting Institute*. Los Angeles, 2001.

VICKREY, Don W. Is accounting a measurement discipline? *The Accounting Review*. v. 45, n. 4, pp.731-742, Out. 1970.